



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/19381>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v19i32.19381>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | v. 19 | n. 31 | Jan-Jun, 2025

Submissão: 20/03/2025 | Aprovação: 20/06/2025



MEMÓRIAS MOBILIZADORAS DE DIÁLOGOS COM EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO MUSEAL: RELATOS E APORTES TEÓRICOS ENTRE SABERES TRADICIONAIS E CIENTÍFICOS

MEMORIES MOBILIZING DIALOGUES WITH MUSEUM EDUCATION EXPERIENCES: ACCOUNTS AND THEORETICAL CONTRIBUTIONS BETWEEN TRADITIONAL AND SCIENTIFIC KNOWLEDGE

Maria das Graças da Silva  

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil¹

Maria Terezinha Resende Martins  

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMEC/Ecomuseu de Belém²

Rodrigo de Cássio da Silva  

Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil³

Resumo: O artigo discute movimentos político-acadêmicos que articulam saberes tradicionais e científicos em práticas educativas de caráter museal. Com base em abordagem qualitativa e pesquisa documental e bibliográfica, analisa experiências desenvolvidas em espaços formativos não escolares, especialmente em ações de extensão universitária junto a comunidades tradicionais. Destaca-se a atuação do Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA), que estabelece conexões com museus formais e iniciativas museais comunitárias. As reflexões propõem novos olhares sobre práticas sociais comunitárias com potencial museológico, evidenciando a interculturalidade como caminho para a humanização e a emancipação cidadã.

Abstract: This article explores political-academic movements that integrate traditional and scientific knowledge into museum-based educational practices. Using a qualitative approach supported by bibliographic and documentary research, it examines non-formal educational experiences developed through university outreach activities with traditional communities. It highlights the work of the Research Group on Education and Environment (GRUPEMA), which builds connections with both formal and community-based museum initiatives. The reflections aim to offer new perspectives on community social practices with museological potential, emphasizing interculturality as a path toward humanization and civic emancipation.

Palavras-chave: Memórias; Práticas comunitárias; Educação; museal; Interculturalidade.

Keywords: Memories; Community practices; Museum education; Interculturality.

¹ Pós-doutora em Sociologia Ambiental pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Pt. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e do curso de Licenciatura em Pedagogia. Membro da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários-Abremc. Email: magrass@gmail.com

² Pós-doutorado em Gestão e Acervo de Ecomuseus-UFP-Porto/PT (2016); Doutora em Gestão Integrada de Recursos Naturais. Membro do Conselho Internacional de Museus-ICOM e do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus-CGSBM/IBRAM. Atualmente é presidenta da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários-ABREMC. Email: mtrmartins@yahoo.com.br

³ Doutor em Ciências Biológicas (Biofísica Ambiental) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Departamento de Biologia Estrutural, Molecular e Genética (DEBIOGEM). Integra o Museu de Ciências da UEPG. Email: rocsilva@uepa.br

INTRODUÇÃO

Historicamente o território amazônico configura-se como uma realidade marcada pela presença de uma diversidade de grupos sociais tradicionais e/ou originários, cujas práticas socioculturais e saberes que conformam seus modos de vida e demarcam suas relações com a natureza foram e têm sido desvalorizados, invisibilizados, silenciados por processos coloniais e capitalistas. Trata-se dos povos das águas, das florestas e dos campos.

Nesse contexto, pesquisadores, estudiosos e demais sujeitos enfrentam desafios para apoiar movimentos que visam à preservação das memórias e das diversas formas de viver, ser e saber que esses grupos expressam em suas territorialidades. Associados a esses grupos, tais movimentos se contrapõem, cultural e epistemologicamente, às formas hegemônicas de produção de uma única universalidade colonizadora.

Por meio de diálogos interculturais de ações de extensão acadêmica e de formas organizativas, esses movimentos buscam contribuir para fortalecimento da resistência e lutas dos povos originários e de outras identidades étnicas na defesa de seus territórios, de suas culturas, de seus modos de vida e da produção da existência. Trata-se de povos e comunidades tradicionais, que também são reconhecidos por promoverem relações respeitadas com a natureza, compreendida como base fundamental para sua (re)produção material e simbólica.

Com base na realidade apresentada o Grupema, enquanto espaço acadêmico e social diferenciado, tem se associado a esses desafios, ao realizar mapeamentos de práticas socioculturais e ambientais e dos saberes que os permeiam e orientam o cotidiano de comunidades tradicionais das águas, das florestas e dos campos em diferentes territorialidades amazônicas. Essas práticas e saberes, historicamente, foram subjugados por formas de conhecimento dominantes, especialmente pelo eurocentrismo que colonizou e impôs sua lógica ao mundo. Nesse sentido, o Grupo tem se empenhado em dar materialidade a essa contribuição por meio da elaboração de suas cartografias de saberes, adotada como instrumento teórico-metodológico.

Ainda que na dinamização de suas práticas e saberes, essas comunidades não tratem especificamente do debate sobre museu comunitário e/ou ecomuseu, na prática, promovem ações que podem ser qualificadas de “museus de territórios”, ou “ecomuseus”. De acordo com Scheiner (2021, p.18), os chamados “museus de território estão relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente”. Como se pode entender, esses museus enfatizam as relações culturais e sociais, ser humano/território, e valorizam processos naturais e culturais, e não os objetos enquanto produtos da cultura.

Essa perspectiva epistemológica coloca em debate possibilidades de aproximações que podem ser construídas entre esses pressupostos teórico-conceituais e as práticas culturais e experiências de trabalho que são dinamizadas por comunidades tradicionais da Amazônia Paraense, algumas já mapeadas pelo Grupema no contexto de suas pesquisas e ações de extensão e que podem ser inseridas no conceito de museus de territórios ou de “ecomuseus”, à medida que “eles estão ligados às lutas para permanência de seus territórios e pelo reconhecimento e visibilidade de suas culturas”.

Apoiando-se em uma prática teórico-metodológica da cartografia de saberes, o Grupo a utiliza como uma ferramenta no contexto da realização de processos de pesquisas com essas comunidades tradicionais, cujos resultados formatam um mapeamento da sociobiodiversidade, particularmente da complexa diversidade cultural, característica do território Amazônico e suas diferentes territorialidades. O mapeamento produz outras perspectivas teórico-epistemológicas que dialogam com a perspectiva epistemológica contemporânea, considerando vozes, olhares e saberes dos sujeitos locais que se manifestam fortemente por meio de narrativas da tradição oral ou da pedagogia da atenção (Ingold, 2010).

A cartografia de saberes configura-se como um exercício etnobiográfico por meio do qual tem-se buscado através da convivência e do diálogo aprender a ouvir as vozes dos que vivem nas fronteiras étnico-culturais e socioterritoriais. Ao mesmo tempo em que por meio da realização de pesquisas colaborativas e ações de extensão acadêmicas com várias dessas comunidades tradicionais tem-se buscado não só o reconhecimento de uma diversidade de práticas culturais e de trabalho que essas comunidades protagonizam, como também, contribuir para dar visibilidade a essas práticas culturais que se efetivam em contextos territoriais específicos.

Assim, essas ações acadêmicas em colaboração com comunidades tradicionais que produzem a sua existência material e simbólica por meio da interação com territórios das águas, das florestas, dos campos ou das várzeas têm possibilitado a elaboração das cartografias de saberes, por meio das quais tem sido possível produzir e identificar novas ou outras diretrizes teórico-metodológicas que possam orientar a análise da dinâmica social, saberes e práticas culturais e seus vínculos com as diferentes territorialidades desses grupos sociais.

Em geral, essas pesquisas orientam-se por meio de alguns pressupostos: o trabalho como princípio educativo e de formação humana; a relação com a natureza como base de reprodução da existência; processos educativos práticas culturais e o campo socioambiental se constituem como espaços de produção e de circulação de saberes; saberes e fazeres que contribuem para a sustentabilidade de modos de vida, uso e manejo dos bens da natureza, de forma respeitosa e

sustentável. Nesse contexto, a questão da sustentabilidade está associada à permanência no território, às condições de manejo e uso dos bens da natureza e produção da existência.

O texto fundamenta-se, metodologicamente, em movimentos político-acadêmicos que tratam de experiências relacionadas a saberes tradicionais e saberes científicos, que se constituem em memórias mobilizadoras de aproximações dialógicas com a educação museal. Apóia-se em uma diversidade de atividades que resultam de pesquisas e de ações de extensão universitária, cujas atividades estão associadas as práticas sociais que são dinamizadas por comunidades tradicionais em contextos de espaços formativos não escolares.

Busca delinear um movimento que coloque em debate experiências acadêmicas que sustentam aproximações dialógicas entre práticas sociais comunitárias, experiências que se constituem em territorialidades e/ou em espaços de formação não escolares, como é o caso de museus de base comunitária, pontos de memória, e experiências museais em contextos científicos, cujos aportes teórico-metodológicos possibilitam novos olhares, outros argumentos em defesa das perspectivas dos povos e comunidades amazônicas e seus contextos territoriais como forma de resistência à colonialidade capitalista. E tem por objetivo trazer ao debate outros olhares, outras possibilidades de práticas sociais comunitárias, as quais mobilizam não somente para dialogar com experiências do campo científico, como também, com experiências de educação museal.

129

Portanto, a perspectiva é de que, essas reflexões possam contribuir para o debate de processos formativos em ambientes não escolares, assim como construir outros olhares para práticas sociais comunitárias que informam experiências museais, culturais, e que dialogam com experiências acadêmicas que reconhecem a necessidade da interculturalidade como construção social para a humanização e emancipação cidadã.

Neste contexto, urge um percurso metodológico como primeiro movimento reflexivo, o qual traz para debate a percepção da interface entre a extensão universitária e a educação museal, por considerar que no contexto dessa interação é possível situar a atuação do Grupema e seus parceiros museais (Ecomuseu de Belém; Museu de Ciência).

Refletir sobre experiências que informam práticas sociais realizadas em territorialidades de comunidades tradicionais amazônicas e práticas culturais que fundamentam a construção de museus da base comunitária, argumenta-se em favor da cartografia dos saberes como ferramenta metodológica que possibilitou por meio de atividades de pesquisa e de extensão potencializar a mobilização dessas experiências, enquanto memórias para o diálogo intercultural com a educação museal.

As reflexões acerca dessas experiências mapeadas pelo Grupema possibilitaram que se construísse movimentos político-acadêmicos e sociais de aproximações e diálogos com experiências museais de base comunitária, conforme descrições no quarto item deste texto.

Todo esse percurso teórico-metodológico que informa a estrutura do texto, só foi possível graças aos registros de memórias acadêmicas do Grupema e seus parceiros.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESPAÇO DE DIÁLOGOS ENTRE SABERES TRADICIONAIS E CIENTÍFICOS

A extensão universitária, como um dos pilares indissociáveis do ensino e da pesquisa, exerce um papel essencial na aproximação dialógica entre saber acadêmico e saberes tradicionais. As reflexões e análises presentes neste artigo, têm como contexto ações de extensão que foram desenvolvidas em espaços de museus comunitários, de museu de ciência e em comunidades tradicionais amazônicas.

De acordo com a Resolução Nº 07/2018, do Conselho Nacional de Educação – CNE, a extensão no ensino superior brasileiro configura-se como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre universidades e a sociedade, articulando-se de forma permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

Neste sentido, as ações de extensão desenvolvidas pelo Grupema e por seus parceiros visam não apenas enriquecer a formação dos estudantes, integrando atividades curriculares institucionais, mas também promover a alfabetização científica, especialmente entre estudantes de educação básica, nas diversas regiões de atuação dos seus realizadores. Essas áreas incluem municípios do Marajó, do Salgado, do Baixo Tocantins, do Distrito de Icoaraci, e Ilhas de Cotijuba e Caratateua (Região Metropolitana de Belém-RMB/PA), bem como o município de Ponta Grossa e suas áreas de abrangência, no estado do Paraná.

Na esteira de referidas realizações, se concretiza a parceria com o professor Rodrigo Silva, em que, o debate e as reflexões têm focado no campo da museologia científica (museu de ciência), cujas experiências político-acadêmico e pedagógica vem se concretizando, por meio de práticas científicas desenvolvidas em espaços formais e não formais de ensino (Rocha *ET al.*, 2024). A prática científica e as ações extensionistas se configuram como oportunidades para fortalecer a formação docente, ao estimularem práticas educativas inovadoras que envolvem metodologias ativas, tecnologias educacionais e abordagens diversificadas. Frente aos desafios impostos pela sociedade contemporânea, a formação continuada de professores torna-se indispensável, exigindo profissionais

capazes de adaptar suas práticas pedagógicas às novas realidades, como destaca Kraviski (2019). Neste sentido, o desenvolvimento de ações que incentivam a reflexão e a investigação constante sobre as práticas docentes são fundamentais para a qualificação da educação.

Em relação aos espaços não escolares tem-se atuado por meio de ações voltadas para processos educativos e até mesmo de ensino, como é o caso dos espaços em museus institucionalizados em espaços acadêmicos, os quais, vêm sendo cada vez mais reconhecidos como ambientes de divulgação científica que cumprem relevante função educativa. Embora distintos das instituições escolares, possuem forte potencial pedagógico, como aponta o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2018).

Segundo Jacobucci (2008), esses espaços podem ser classificados como institucionalizados e não institucionalizados. Os primeiros são aqueles com estrutura formal, regulamentação e equipes técnicas, como museus, zoológicos e centros de ciências. Já os não institucionalizados abrangem ambientes como praças, parques, áreas verdes e outros locais que, mesmo sem uma estrutura formal, possibilitam práticas educativas.

Dentre os espaços não formais, os museus de ciências ganham destaque mundial por sua capacidade de atrair e fidelizar visitantes através de exposições e atividades interativas. Além de serem ambientes de lazer educativo, cumprem papel relevante na formação cultural da sociedade (Schuindt; Silveira, 2020).

Nesse contexto, como um museu aberto, a museologia comunitária configura-se de acordo com Martins e Campelo (2016, p.8), como “um espaço de territorialidade e subjetividade coletiva construído de forma endógena na tridimensionalidade do tempo (passado, presente e futuro) que mostra o acervo natural e cultural de uma região, integrando na mostra o ser vivo e seu habitat, as edificações, e as manifestações da cultura”.

Para Braga (2017), a função pedagógica dos museus vem sendo cada vez mais fortalecida, à medida que esses espaços se tornam lugares de experiências e investigações que estimulam o protagonismo dos visitantes. Contudo, para que esse protagonismo seja, de fato inclusivo, é necessário que garantam acessibilidade física, comunicacional e atitudinal, assegurando a participação autônoma e segura de pessoas com deficiência.

Essa crescente valorização dos museus como espaços educativos, é respaldada pela Política Nacional de Museus – PNM (2003), que os define como processos dinâmicos a serviço da sociedade, comprometidos com a democracia, a inclusão social, a construção da identidade e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Assim, o museu, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (2015) e às diretrizes do IBRAM (2018), adota uma abordagem que considera dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas, conforme orienta o Marco Conceitual Comum sobre Sustentabilidade do IBERMUSEUS (2019). Estudos recentes, como os de Santos (2022), vêm aplicando esses indicadores na gestão e planejamento do Museu de Ciências Naturais (MCN), com resultados promissores no fortalecimento do papel social do museu.

A própria história do MCN evidencia seu potencial como agente de transformação social. Um exemplo é a experiência desenvolvida com jovens do Centro de Socioeducação – CENSE, que revelou o museu como espaço de ressocialização, capaz de romper estigmas e promover inclusão social por meio da educação (Rocha *et al.*, 2024).

A relevância dos impactos desta ação, está na expressividade para os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, a visita representa uma oportunidade de reconexão com a sociedade, despertando reflexões sobre a importância do conhecimento e da cultura em suas vidas. Paralelamente, para os licenciandos em Ciências Biológicas da UEPG, a atividade não apenas proporcionou vivências práticas na mediação de saberes, como também fortaleceu valores como empatia, responsabilidade social e compromisso com a transformação social. Isso reafirma a extensão universitária como elemento essencial da formação acadêmica, capaz de extrapolar os limites da sala de aula e gerar impactos significativos tanto na comunidade quanto na formação dos futuros docentes (Rocha *et al.*, 2024).

O Grupema tem incluído em sua agenda atividades de extensão, como os “ciclos de estudos”, acompanhados de debates sobre categorias que fundamentam reflexões a respeito da constituição de museus de base comunitária. Essas ações também buscam garantir uma formação humana voltada à compreensão das dinâmicas de apropriação do patrimônio cultural amazônico, além de fomentar práticas socioeducativas em contextos de territorialidades comunitárias, vinculadas a saberes e fazeres socioambientais. A perspectiva é fazer circular esses saberes, construindo pontes e elos cada vez mais fortes para que se efetive e se fortaleça o diálogo com o conhecimento científico.

OUTROS OLHARES SOBRE CONTEXTOS PLURAIS DE TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS

A presença de uma diversidade de grupos sociais no território Amazônia formata um mosaico de territorialidades que materializam a diversidade cultural, que pode ser compreendida de forma ampla como a sociobiodiversidade. Seguindo o pensamento de Candau (2002), precisamos por meio

de um exercício teórico-metodológico ultrapassar apenas a constatação da presença de diferentes culturas em um determinado território, em uma determinada sociedade. É necessário, por meio desse exercício, buscar estudar e compreender potenciais de inter-relação e de diálogos que pode ou se efetivam entre elas e para além delas.

Os diferenciados ambientes com os quais essas comunidades se relacionam de forma sistemática, como as florestas, os rios, as praias, as várzeas, os mangues, as terras firmes, matas e campos, além de núcleos urbanos, conformam um complexo socioambiental no contexto do qual são produzidos diferenciados modos de interação com a natureza por meio de uma diversidade de práticas culturais e de trabalho que garantem outros modos de ser, produzir a existência e a vida em comunidade.

A diversidade dessas práticas culturais e de trabalho se configura como um eixo de aproximação e formas de relações que essas comunidades estabelecem com a natureza, portanto, como a base de sua (re)produção material e simbólica. Assim por meio de outros modos de se relacionar com a natureza, seres humanos não só criam culturalmente vários ambientes produtivos, desde os quintais até àqueles mais complexos, como exemplo, as roças e os tanques escavados para criação de peixes e camarão em cativeiro, nos quais, por meio de suas culturas, história e relações sociais imprimem suas experiências e atribuem significados aos seus territórios como outras ontologias que formatam seus modos de ser e dão sentido à existência. Em todas as suas práticas vivenciam a questão da sustentabilidade dos seus meios e modos de vida diante da complexidade de relações que estabelecem e enfrentam no cotidiano social.

133

Diferentemente das práticas capitalistas, essa diversidade de práticas culturais e de trabalho desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais rurais ribeirinhas e quilombolas se configuram como formas diferenciadas de interagirem com a natureza, e também de marcação de suas diferenças nos territórios, pois além de garantirem a reprodução da existência demarcam seus costumes e suas crenças, ou seja, sua diversidade sociobiocultural e ecológica como expressão de outras ontologias e sentidos para a vida. E é na materialidade dessas práticas que seres humanos produzem e fazem circular uma diversidade de saberes, que orientam seus processos educativos suas religiosidades e conformam movimentos de resistência e lutas.

Neste sentido, essas práticas culturais e experiências de trabalho tradicional se constituem em espaços de aprendizagens denominados de “ambientes não escolares”, e mesmo sem a formalização de qualquer tipo de estrutura promovem práticas educativas a céu aberto e incorporam uma importante perspectiva epistemológica para se entender a relação e participação dos povos e

comunidades tradicionais no fortalecimento de suas identidades territoriais e de suas memórias ancestrais, assim como para promover a preservação e valorização do seu patrimônio cultural e seus sentidos dialógicos.

Assim, essas práticas culturais e experiências de trabalho se constituem como ferramenta pedagógica por meio da qual cuidam da preservação da sua biosociodiversidade como patrimônio cultural e ambiental fortalecendo suas identidades territoriais e suas memórias ancestrais.

Os saberes produzidos no contexto dessas práticas e experiências se configuram como estratégias pedagógicas no fazer de processos educativos dessas comunidades, que em geral, foram excluídas do sistema formal de ensino. Neste sentido, carregam o potencial indicativo na mediação de diálogos com a educação museal, particularmente com àquelas de base comunitária.

É nesse contexto que o Grupema e alguns parceiros, associando-se epistemologicamente ao conceito de museu integral, que orienta perspectivas de conformação de museus de território, tem constatado por meio da elaboração de suas cartografias de saberes que essas comunidades, ainda que assim não seja qualificadas pelos sujeitos que delas fazem parte, seus territórios carregam em si potencial para a construção de museus de territórios ou de base comunitária por estarem intrinsecamente associados a contextos de pluralidade, da preservação, da biosociodiversidade e das memórias ancestrais.

Portanto, nessas comunidades, embora seus territórios se constituam como espaços e instrumentos de resistência e de reprodução da existência, eles também se configurem como lugar de preservação de memórias amalgamadas por uma diversidade de movimentos culturais que conformam um microcosmo que dá sentido à sua existência.

SABERES E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS EM CONTEXTOS TERRITORIAIS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS AMAZÔNICAS

Com o mapeamento de saberes da experiência que estão inscritos nas práticas socioculturais e ambientais de uma diversidade de comunidades e povos tradicionais amazônicos, busca-se tornar visíveis questões sociais, históricas e culturais que movimentam os espaços territoriais de comunidades rurais ribeirinhas e do campo, que muitas vezes colocam em dificuldade a realização de suas atividades que asseguram a produção da existência.

Saberes da experiência são aqueles “[...] que se adquirem no modo como alguém vai respondendo ao que lhe vai acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece” (Bondía, 2002, p. 27). Por essa perspectiva, trata-se de saberes que

se configuram como uma modalidade de educação, que sem livros, sem professores e distanciados dos conteúdos dos currículos institucionais, são experimentados cotidianamente por meio de práticas de aprendizagem e processos cognitivos, que contribuem para a compreensão do mundo dos seus sujeitos.

Assim, a construção das cartografias dos saberes tem mostrado por meio dos mapeamentos que seres humanos protagonistas são verdadeiros guardiões de práticas culturais e de saberes referentes ao trabalho tradicional, particularmente em relação às memórias da ancestralidade. Têm também contribuído para a ampliação e para o fortalecimento de práticas que deem visibilidade às suas questões sociais, históricas e culturais.

O mapeamento de práticas e experiências são memórias por meio das quais se pode olhar o passado e promover conexões com suas raízes, o que pode contribuir para a ampliação de novos horizontes e que perpassam por conhecimentos e saberes tradicionais.

O exercício de mapeamento tem sido realizado por meio de registros audiovisuais, de narrativas orais dos sujeitos locais com a perspectiva de dar visibilidade a essas práticas e experiências que informam e conformam a produção e a circulação da cultura local e que está inserida no contexto da diversidade de práticas socioculturais e ambientais no território amazônico.

135

Temos trabalhado com uma concepção ampliada de educação enquanto prática social de formação cultural e humana na qual se valoriza tanto os saberes escolares quanto os saberes da experiência de grupos socialmente excluídos, cujos fundamentos sustentam-se nos argumentos de Brandão (2002), para quem a educação está situada nas vivências do cotidiano, nas relações que seres humanos estabelecem uns com os outros e com o mundo.

Neste sentido, por meio de ações interinstitucionais e diálogos interculturais, tem-se enfrentado o desafio de, por meio de pesquisas colaborativas e ações de extensão, compreender os modos de vida de diferentes grupos sociais - como ribeirinhos, ilhéus, quilombolas e povos indígenas - suas práticas socioculturais, linguagens, formas de relação e manejo da natureza, bem como a dinâmica de seus cotidianos.

Esse movimento teórico-metodológico visa contribuir para o reconhecimento e valorização dos saberes do cotidiano que sustentam essas práticas, dentro do marco de outras epistemologias. Trata-se de práticas que conformam modos de viver singulares que têm sido expressos por meio de relações e saberes manifestos, por entre outras formas, nos registros etnográficos que integram as cartografias de saberes: o rio como mediador cultural da vivência ribeirinha, a natureza como espaço de trabalho e reprodução da vida, os “quintais” como territórios de produção da existência, a canoa

como cultura ancestral, o saber remar e deslocar-se por entre rios amazônicos, os saberes sobre uso das águas como patrimônio cultural, os saberes sobre o manejo de fibras e cipós como formas de sobrevivência na Amazônia paraense, a pedagogia da atenção como um modo de transmitir saberes.

Esses registros têm revelado uma diversidade de práticas culturais, modos de vida de sujeitos históricos locais, tantas vezes silenciados e invisibilizados nas narrativas hegemônicas. Eles destacam a poética de paisagens e indicam a floração de diálogos com territórios de trabalho, de vida do campo e com a sociobiodiversidade amazônica.

Dessa forma, os registros não só materializam experiências e relações que o Grupema tem estabelecido com comunidades tradicionais na Amazônia paraense, como também, tem possibilitado a construção de interações e parcerias interinstitucionais, particularmente com experiências que tratam de educação museal.

MOVIMENTOS DE APROXIMAÇÕES E DIÁLOGOS ENTRE GRUPEMA E EXPERIÊNCIAS MUSEAIS EM CONTEXTOS TERRITORIAIS

As aproximações e diálogos do Grupema com experiências museais têm se constituído por meio de uma diversidade de movimentos políticos, acadêmicos e sociais, que incluem desde reuniões interinstitucionais e realização de eventos com participações colaborativas em encontros locais, regionais e internacionais, até a atuação em roteiros e ações voltadas à organização, instalação e dinamização do Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia. Destacam-se, ainda, a participação em percursos por Pontos de Memória, bem como a construção de narrativas sobre práticas socioculturais e a partilha de experiências oriundas tanto de saberes tradicionais quanto científicos.

Os movimentos político-acadêmicos e sociais têm se efetivado por meio de trocas de natureza diversas, que contribuíram para reforçar os laços de aproximação entre a equipe do Grupema e as demais instituições e/ou entidades que estão no debate que (in)formam o campo da museologia social ou científico. Alguns relatos dão conta de registros dessas trocas que, nesse caso, as configuram como memórias.

A criação do Fórum em primeira manifestação foi uma ideia proposta pelo Grupema, endossada pelo Sr. Varela, também presente na reunião no Setor de Educação do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, no início do ano de 2018, a qual foi acatada pelos presentes como uma boa ideia, que foi se constituindo até a sua efetivação.

Para a efetivação da iniciativa, foi organizado um Encontro sob a coordenação do Serviço de Educação do MPEG, do Ecomuseu da Amazônia e do Grupema, com o apoio do SESC Belém, que cedeu o auditório para a realização do evento. Além de disponibilizar o espaço, o SESC também se tornou parceiro institucional, reconhecendo a relevância da proposta e contribuindo para sua concretização. Esses registros integram a memória institucional do Grupema, que, assim como o Ecomuseu da Amazônia atuaram como membros da comissão organizadora e sócio-fundadores do Fórum.

O I Encontro de Ecomuseus, Pontos de Memória, Pontos de Cultura e Museus Rurais do Pará foi realizado no contexto da 16ª Semana Nacional de Museus, que tinha como tema: “Museus Hiperconectados: novos públicos e novas abordagens”, no período de 14 a 19 de maio de 2018.

No contexto do Encontro organizado e realizado pelas instituições já mencionadas, no qual foi instalado o Fórum de Museus, o Grupema concentrou suas ações na valorização do papel das comunidades tradicionais na sociedade amazônica. Trouxe para o debate museal e para o Fórum a diversidade de experiências culturais dos povos das águas, das florestas, dos campos, das várzeas e dos mangues, com os quais tem atuado de forma colaborativa, seja por meio de atividades de extensão, seja por meio de pesquisas. Com essa inserção, buscou-se promover a circulação das práticas e saberes como bens culturais e patrimoniais, além de reconhecê-los como instrumentos políticos e transformadores das condições de vida desses povos.

Por essa perspectiva, as práticas culturais e saberes de comunidades tradicionais – como experiências vivas no contexto de suas territorialidades – podem ser valorizadas como bem cultural a serem associadas a uma educação para o patrimônio, por meio da qual as suas práticas culturais e de trabalho integram seus movimentos de resistência e de lutas.

Dessa forma, a educação museal passou a integrar os movimentos acadêmicos do Grupema sob a perspectiva de outros olhares, comprometidos em ampliar filosoficamente o entendimento desse campo. Um dos primeiros movimentos nessa direção foi a incorporação, nas práticas do Grupo, de uma concepção de museu em que educação e cultura fossem eixos fundantes. Essa perspectiva situava-se no contexto de movimentos culturais mais amplos, nos quais questões como a sociobiodiversidade amazônica e a interculturalidade ganham centralidade. Nesse espaço teórico-epistemológico, as práticas socioculturais e os saberes tradicionais das comunidades amazônicas são acolhidos, reconhecidos como pertencentes e legitimados como parte da diversidade cultural e patrimonial da região.

Assim, por meio de outros olhares, busca-se contribuir para a ampliação da produção de conhecimentos sobre práticas socioculturais comunitárias e suas interfaces com práticas museais - especialmente as de base comunitária. São olhares, agora, informados por essas práticas e pela biodiversidade presentes em contextos de territorialidades amazônicas, que configuram outros movimentos e práticas sociais. Tais práticas dialogam com experiências museais comunitárias ou constituem seus fundamentos, oferecendo bases para repensar suas formas de existência. Esses campos de visibilidade possibilitam a ampliação do debate por meio de diversas vias teórico-epistemológicas, metodológicas e de colaboração científica e intercultural, com o objetivo de evitar a aplicação de modelos analíticos alheios às culturas e territorialidades locais.

Assim, busca-se fortalecer as práticas colaborativas com sujeitos históricos: ilhéus/ribeirinhos, quilombolas e comunidades de núcleos urbanos. Por entre ilhas, rios ou terra firme esses sujeitos conformam seus territórios de vida, que se constituem e são traçados com os tons de suas culturas. Por meio de diversas formas interativas com a natureza, inscrevem seus modos de viver, de trabalhar, lutar e de ser resistência cultural nos contextos dos quais produzem seus saberes, que no contexto deste texto, está significado como saberes da experiência.

Esses saberes são produzidos e/ou circulam em diferentes espaços educativos, nos ambientes religiosos, nas casas de farinhas, nas roças de mandioca, nas práticas de pesca artesanal, na coleta de caranguejo no mangue ou do açaí nas várzeas.

As afinidades epistemológicas e metodológicas orientam o movimento de construção de parcerias colaborativas entre o Grupema - enquanto espaço de pesquisa e de realização de ações de extensão - e iniciativas que se sustentam em propostas de educação museal, especialmente àquelas voltadas prioritariamente para as práticas sociais comunitárias.

Trata-se de movimentos e diálogos que se concretizam por meio de ações de extensão e de eventos acadêmicos, como os Encontros Anuais promovidos pelo Grupo, com a participação de parceiros e convidados. Esses eventos têm abrangência territorial que ultrapassa as fronteiras do Brasil e exploram o potencial de experiências formativas que envolvem espaços não formais de educação, como museus de ciências naturais, voltados à formação humana e/ou docente.

É nesse contexto de movimentos, diálogos e da realização de ações de extensão, que se encontram a museologia contemporânea e as experiências acadêmicas, as quais partem de diferentes culturas e convergem para a interação, troca de saberes e aprendizagens. Na esteira desses acontecimentos, é importante enfatizar os ecomuseus, os quais compreendem um território, um

patrimônio, uma comunidade e um desenvolvimento local. Silva, Martins e Araújo (2024), complementam:

Nesse cenário, o termo ecomuseu como parte constituinte da museologia comunitária, apresenta-se como um museu aberto, mutável, que valoriza a cultura, a memória histórica de um povo com suas tradições e vivências, e o meio em que vivem, com a proposta de transpor o processo de reconhecimento para a valorização do patrimônio material e imaterial das comunidades.

E mais, trata-se de uma extensão limitada por suas afinidades culturais, com suas belezas e contradições, produto do tempo e do espaço territorial, ambiente onde a população constrói sua própria história, usando a memória como instrumento de expressão, afirmação e desenvolvimento da comunidade.

No que diz respeito às práticas formativas, o potencial das afinidades epistemológicas e metodológicas empregadas por ecomuseus, museus comunitários e processos afins têm ganhado cada vez mais força e se expandido. Museus criados e geridos pelas próprias comunidades passam a assumir sua natureza pedagógica e sua função libertadora, na medida em que instrumentalizam a sociedade para expressar sua vontade, vinculam os sujeitos ao território e ao seu tempo-espaço de vida, e promovem a responsabilização coletiva pelo uso e pela transformação do patrimônio cultural.

Desta forma, esses museus, pautados em uma cultura viva que não se fixam em apenas uma raiz, mas em raízes múltiplas, expandem-se como rizomas na busca de novos parceiros para a realização de ações/projetos. Glissant (2005, p.61) propõe que precisamos “[...] pensar o princípio de uma identidade rizoma, identidade com raízes múltiplas, construída no contato com o diverso”.

Considerando o exposto, os ecomuseus e museus comunitários, enquanto museus de território, tecem redes de atores sociais e coletivos com objetivos comuns, para que as ações propostas sejam discutidas e implementadas de forma transversal e interativa. Além disso, estabelecem parcerias com universidades, institutos, organizações governamentais e não governamentais, pontos de memória, e pontos e pontões de cultura.

Em prol dessas parcerias e em benefício das comunidades atendidas, planejam conjuntamente, capacitações que visam o desenvolvimento do território e a melhoria da qualidade de vida das populações. Esse trabalho conta com o apoio de três recursos fundamentais desses territórios:

- Um recurso humano, composto por saberes, fazeres, energias e memórias;
- Um recurso patrimonial natural e cultural, que abrange aspectos materiais e imateriais;
- Um recurso de ações integradas, que combina saberes empíricos e acadêmicos em uma relação dialógica entre teoria e prática, sujeito e objeto, os quais não podem ser dicotomizados.

Neste contexto, se faz necessário um recorte no tempo para referenciar as atividades do Ecomuseu da Amazônia⁴ (2007 a 2022), localizado nas Ilhas de Caratateua e Cotijuba, onde desenvolve suas ações por meio de eixos temáticos cultura, meio ambiente, turismo de base comunitária e cidadania, integrando relevantes projetos, como: pesquisa etnográfica, biomapas, artesanaria naval, ecosítios (quintais produtivos), turismo de base comunitária/roteiro patrimonial de visitação, escoamento de produção (consumo), catalogação de acervos, aquicultura sustentável..

Já o Ecomuseu de Belém⁵, criado em (2022) a partir da escuta das comunidades, enfatiza a pedagogia do encontro, feiras culturais, rodas de lembranças, debates, seminários, inventário participativo, pesquisa etnográfica, biomapas, oficinas de capacitação. É a comunidade concebendo e organizando/metodologia participativa, experiência de trocas e partilhas.

Suas principais áreas de atuação são cultura e educação para o patrimônio (memória/paisagem cultural), ecoturismo comunitário na região continental e insular de Belém, meio ambiente / mudanças climáticas / sustentabilidade, e cidadania. Os projetos em desenvolvimento são: Programa de Capacitação/Guardiões do Patrimônio⁶ (2023), que atende comunidades de seu território, especialmente estudantes da Rede Municipal de Educação de Belém, como também os Circuitos Interativos de Icoaraci⁷ (2023), constituído de Circuito Interativo do Patrimônio e Cultural de Icoaraci.

Com o apoio da Associação Brasileira de Ecomuseus, Museus Comunitários e Processos Similares-ABREMC, o Ecomuseu de Belém, o Liceu Mestre Raimundo Cardoso - SEMEC/Belém, o Ecomuseu da Amazônia e a então Fundação Escola Bosque, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, certificaram, nos anos de 2023 e 2024, treze Pontos de Memória localizados nos territórios desses ecomuseus.

As experiências museais/comunitárias apresentadas - ecomuseus, museus comunitários, pontos e pontões de cultura, pontos de memória - estimulam a realização de ações de um museu como agente de desenvolvimento que possibilita a capacitação das pessoas para o trabalho coletivo, para a

⁴ Tem como referência o conceito de sustentabilidade, com base na cultura, nas tecnologias locais, nos fazeres e saberes populares dos mestres de ofícios de cada comunidade.

⁵ É uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC/Belém e comunidades de sua área de atuação, em fase de constituição; está localizado no Distrito de Icoaraci, ilha de Mosqueiro e ilha Grande. Propõe a valorização dos patrimônios naturais/culturais (materiais e imateriais) presentes em seu território.

⁶ O Programa de Capacitação/Guardiões do Patrimônio é um Projeto do Ecomuseu de Belém, cuja prioridade é a formação de multiplicadores em prol da valorização, preservação e recuperação dos patrimônios naturais/culturais, materiais/imateriais.

⁷ O Projeto Circuitos Interativos de Icoaraci/Circuito de Memória das Olarias, são possibilidades constituintes das ações do Ecomuseu de Belém e Comunidades. Sugerem a visitação aos mestres oleiros do Distrito de Icoaraci, assim como outros pontos referentes à memória e a cultura do local.

sustentabilidade das comunidades com ênfase na memória, cultura, tecnologias e saberes populares. Do mesmo modo que a interculturalidade representa um papel fundamental para os diferentes habitantes desses espaços, de tal forma que as criações coletivas podem tornar possível a construção de pontes entre atores locais e, até mesmo, na busca de parcerias, colaboradores e grupos de pesquisa/universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas neste artigo, propõe-se o reposicionamento dos saberes culturais e de seus processos educativos como contribuição da academia para sustentar e dar visibilidade às lutas e aos movimentos de resistência protagonizados pela diversidade de comunidades tradicionais e de povos originários.

Tais lutas envolvem a defesa de seus territórios, da natureza e a preservação de práticas tradicionais de trabalho, fundamentadas em uma relação direta com o meio natural. Trata-se, portanto, de reconhecer e valorizar esse protagonismo político, intercultural e pedagógico de outros sujeitos que constituem outras formas de saber e outras pedagogias.

Assim, experiências de trabalho tradicional e práticas culturais de comunidades que vivem na relação direta com ecossistemas dos campos, florestas, das águas, das várzeas e dos mangues amazônidas ao serem incluídas enquanto uma experiência concreta histórica e culturalmente situada, ou seja, que informa uma correlação entre campos de saber e subjetividade revelam as condições concretas em que essas experiências experimentam conformações singulares no contexto da sociobiodiversidade e informam relações entre educação e museologia, ao associarem ações que podem fundamentar o diálogo com outros contextos científicos, como é o caso dos museus de ciência.

Portanto, trata-se de relações que estão pautadas em pressupostos da interculturalidade crítica posto que, estão assentadas em lógicas plurais, que colocam em debate a concepção universalista de cultura e abissal da ciência moderna.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adrielson Furtado; MARTINS, Maria Terezinha Resende. *Memória patrimonial da Ilha de Caratateua pelo Ecomuseu da Amazônia*. Belém do Pará, 2023. 87p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS - ABREMC. *Carta de Princípios*. Brasil, 2020.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia *et al.* *Saberes da experiência, saberes escolares: diálogos interculturais*. Belém: EDUEPA, 2016.

ARROYO, Miguel. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BOHAN, Hughes de Varine. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta Porto Alegre/RS, Medianiz, 2012. 256p.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 19, p. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional Superior. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. p. 49-50.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. *In: CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências*. Belém: NAEA, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes *et al.* Educação do campo e interculturalidade crítica: Desafios da pesquisa na Amazônia. *In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; SANTANA, Jocyléia; NORONHA, Claudianny (Orgs.). Produção de Conhecimentos sobre Interculturalidade e Educação*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. *In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da educação do campo*. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p.744-48.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Maria, CIAVATTA. Trabalho como Princípio Educativo. *In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo*. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p.748-755.

GONÇALVES, Porto Walter Carlos. *Amazônia, Amazônias*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLISSANT, ÉDOUARD. *A Poética da Relação*, 2005. 258p.

HUFFNER, João; MARTINS, Maria Terezinha Resende; PACHECO, V. de A. *Decolonização do ensino das Artes/Rede Municipal de Ensino de Belém*. Artigo Ecomuseu de Belém: um museu território a serviço das comunidades. Belém do Pará, 2023, 240p.

HUFFNER, João; MARTINS, Maria Terezinha Rezende. Ecomuseu de Belém e o turismo comunitário enquanto instrumentos pedagógicos para a educação e salvaguarda patrimonial. *Revista Educação Aperta*, n. 15, v. 7, 2024.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr.2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br>. Acesso em: 31.5.2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. *Política Nacional de Museus – PNM*. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-museus>. Acesso em: 31.5.2025

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete (org.). *Educação do Campo: identidade e política pública*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.494p.

143 MARTINS, Maria Terezinha Resende (org.). *Ecomuseu da Amazônia: programa de capacitação dos atores do desenvolvimento local*. Belém, Pará, 2011. 22p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 210. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. *Cartografia de saberes: representações sobre a cultura amazônica em práticas de educação popular*. Belém: EDUEPA, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

SILVA, Maria das Graças. Práticas educativas ambientais, saberes e modo de vida locais. *Revista Cocar*, Belém, v.1, n.1, p. 47-57, jan/jun., 2007. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/142>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, Maria das Graças. Territórios insulares: saberes e práticas socioambientais cotidianos. *Revista Cocar*, Belém, v.8, n.16, p. 109-124, ago/dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/372>. Acesso em: 23 abr. 2025

SILVA, Maria das Graças. Saberes e práticas socioculturais inscritas nos modos de vida ribeirinho. In: FARES, Josebel Akel; CAMELO, Marco Antonio da; AMARAL, Paulo Murilo, Guerreiro do (org.). *Sociedades e saberes da Amazônia*. Belém: Eduepa, 2018.

SILVA, Maria das Graças; MARTINS, Maria Terezinha Rezende; ARAÚJO, Alzira Almeida de. A pesca artesanal como patrimônio cultural e espaço de circulação de saberes da ancestralidade: um “museu” aberto, Vigia-Brasil. *Revista Educazione Aperta*, n. 15, 7 feb. 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. V. III, A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-éxistir e reviver. *In: CANDAU, Vera (org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 07 Letras, 2009.